

Diante da brutalidade do capitalismo a luta permanece! A atuação de Mulheres do MST no contexto da COVID-19¹

Priscila Fazio Rabelo (UFPB/Brasil)

Palavras-chave: Capitalismo global, feminismos, MST

Introdução

Dado o contexto de brutalidade e complexidade na economia global (SASSEN, 2016) conectado ao novo formato de guerra neocolonial (FEDERICI, 2019) e diante das especificidades do território latino-americano (SVAMPA, 2019; KOROL, 2016), buscase com este artigo, a partir de uma abordagem interdisciplinar no campo das ciências sociais, esboçar um breve panorama dos mecanismos de expulsão e destruição que afetam sistematicamente os povos indígenas, as comunidades tradicionais e territórios ancestrais na América Latina.

Em um segundo momento, destaca-se como contrapartida desse processo o crescente protagonismo de diferentes feminismos do Sul global nas lutas ecoterritoriais². A fim de demonstrar esse protagonismo buscou-se, a partir do levantamento de materiais digitais produzidos tanto pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), quanto pelo próprio Setor de Gênero, elucidar a atuação das mulheres e militantes do MST no Brasil, principalmente em relação à atuação nos últimos dois anos no combate e enfrentamento da pandemia da COVID-19³.

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² O conceito de Sul global utilizado neste artigo vem sendo mencionado principalmente nos estudos pós coloniais ou decoloniais. Segundo Boaventura de Sousa Santos (1995) esse conceito não retrata exclusivamente aspectos geográficos, mas aspectos do sofrimento humano, da expropriação de terras e o massacre de povos originários a partir da economia política capitalista, dos mecanismos da colonização e do patriarcado, como também dos processos de resistência a essas opressões.

³ Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou o estado de pandemia do coronavírus (COVID-19), infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. A OMS anunciou o estado de pandemia diante do fato de que, em pouco tempo, a doença infecciosa atingiu um número elevado de pessoas em diferentes países.

Aspectos globais do capitalismo contemporâneo e da geopolítica da destruição⁴

Saskia Sassen (2016) não poderia ter sido mais assertiva em sua leitura sobre a economia global contemporânea ao afirmar que um dos pontos cruciais que marcam nosso tempo é o surgimento de novas lógicas de expulsão, atreladas a mecanismos de brutalidade, produzidas por economias políticas que atingem de seres humanos a ecossistemas, ou nas palavras da autora, *uma expulsão da biosfera de fragmentos de vida em si* (SASSEN, 2016, p. 10). Ainda sob essa ótica, a socióloga apresenta elementos que mostram que o avanço de aparatos tecnológicos - sobretudo nas técnicas de mineração, fraturamento hidráulico e do setor agropecuário - têm produzido, além da expulsão de povos locais, extensões imensas de terras e águas mortas⁵. Assim, outro aspecto fundamental dos processos e condições sob o conceito de expulsão é seu caráter de crise aguda.

Sabe-se que desde o início da globalização do capital no século XX, o avanço tecnológico e industrial tem submetido o planeta terra a efeitos nocivos, talvez a consequência mais pautada nas últimas décadas por instituições internacionais diz respeito ao aquecimento global, já que nos últimos trinta anos os danos causados na biosfera foram ampliados descomunalmente, atingindo lugares longínquos de seus pontos de destruição original. Esse acontecimento planetário colocou em alerta não só as organizações de pesquisa e de proteção socioambiental, como também diversos governos no mundo, entretanto, apesar das projeções catastróficas⁶ as medidas e os acordos firmados entre nações parecem pouco eficazes.

⁴ O termo “geopolítica da destruição” é desenvolvido na obra de Saskia Sassen em parte como política do que a autora denomina como “capitalismo avançado”, principalmente quando menciona os efeitos agudos na biosfera causada pelos mecanismos de extração de recursos da natureza, mercantilização da terra e água, além da financeirização das mercadorias resultantes.

⁵ No capítulo “Terra morta, água morta”, Sassen (2016) procura demonstrar como a destruição ambiental apresenta formas e conteúdos específicos em cada país. Situando exemplos de âmbito global, a autora elucida a natureza e a escala desse problema em três partes: a degradação e toxidade do solo, a escassez hídrica e a depleção de oxigênio, além de relacionar com a Mudança Climática. A autora apresenta dados empíricos de que a partir da década de 80 o capitalismo avançado vem produzindo vastas extensões de terras e águas mortas.

⁶ Entre os dados relativos à escalada do aquecimento global, Sassen pontua que as ondas de calor se tornaram a principal fonte da degradação de terras cultiváveis para a produção global de alimentos, o que terá consequências devastadoras para os povos mais vulneráveis. Entre a série de consequências previstas nos próximos anos, caso nenhuma ação radical seja realizada, está a diminuição de precipitação em 30%, o aquecimento de 4°C e diminuição de 50% a 70% da recarga de água subterrânea no sul e no oeste da África. Outra consequência será o aumento de até 35% da desnutrição infantil crônica até o 2050. (SASSEN, 2016, p.184)

Uma dessas medidas é o mercado de carbono, firmado na ECO-92 no Rio de Janeiro com a criação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática. De acordo com Camila Moreno et al. (2016), esse mercado não reduz o consumo de combustível fóssil, de outros recursos naturais ou da emissão de gases de efeito estufa, mas cria mecanismos e tecnologias de medição, captura e transferência do carbono. Isso significa, por exemplo, que uma indústria norte-americana pode continuar emitindo gases tóxicos, porém estando dentro dos parâmetros permitidos a partir da compra de crédito de carbono de uma propriedade de terra reflorestada do outro lado do mundo. Ademais, a centralidade na emissão de carbono exclui e destrói outras formas de conhecimento ou, dito de outra forma, a métrica do carbono vem criando uma abstração global e pode inclusive ser corresponsável em um “epistemicídio” ecológico⁷.

Uma das problemáticas tratadas por Sassen (2016) que se relaciona com o crescente mercado de carbono é o novo mercado global de terras, em especial a partir de 2006 com o aumento da extensão geográfica das aquisições por empresas estrangeiras. Segundo a autora, de 2006 a 2011 foram negociados mais de 200 mil hectares de terras, sobretudo na África, na América Latina, na Ásia e em vários países do leste europeu. Entre os compradores estão donos de empresas de biotecnologia e de finanças a fundos de pensão de professores de Harvard. Entre os fatores atribuídos ao aumento de aquisição, destacam-se a demanda por cultivos industriais, de alimentos e por razões meramente especulativas. Sassen pontua que:

A escala das aquisições de terra deixa uma enorme marca no mundo, caracterizada por um grande número de microexpulsões de pequenos agricultores e de cidades inteiras, e por níveis crescentes de toxidade na terra e na água ao redor das plantações instaladas nas terras adquiridas. (SASSEN, 2016, p.101)

Para além da destruição da fauna e flora e do grande número de microexpulsões, o mercado global de terra tem sido responsável também pelo aumento da fome. A “nova fome” agrava-se tanto pelo aumento de toxidade de plantações de áreas próximas contaminadas, como também pela ascensão da especulação financeira. O Atlas do Agronegócio organizado por Maureen Santos e Verena Glass (2018) traz ainda um outro elemento importante: as especulações financeiras sobre os produtos agrícolas. De

⁷ A ideia de epistemicídio aqui apresentada diz respeito ao processo de extinção dos modelos alternativos de contabilidade da degradação do ecossistema. Segundo Moreno et al. (2016) a métrica atualmente utilizada apresenta uma lógica imperial em que os métodos de contagem são intimamente ligados ao capitalismo, além de que o sistema de medição também opera pelo nivelamento do pressuposto de universalidade. Nesse sentido tanto a centralidade na emissão como a métrica do carbono exclui outras formas de conhecimento e atuação sobre os processos de mudanças climáticas.

acordo com o documento, a flexibilização sucessiva nos últimos vinte anos tem impactado profundamente o sistema alimentar global. Segundo o documento a especulação financeira na bolsa de valores vem aumentando o preço dos produtos agrícolas a partir do chamado “comércio de futuros” que “envolve a compra e venda de quantidades de *commodities* hoje, a um preço específico, para entrega em uma data futura” (SANTOS; GLASS, 2018, p.44). Logo, a especulação financeira sobre territórios e produtos agrícolas atinge tanto os pequenos agricultores como o preço dos alimentos, o que implica diretamente no aumento da fome.

Tanto Sassen (2016) quanto Silvia Federici (2019), e mais adiante Maristela Svampa (2019) ressaltam o papel elementar que o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os programas de reestruturação do Banco Mundial têm assumido nas últimas décadas em relação às políticas globais, ascensão do neoliberalismo e ao aumento da pobreza extrema. Sassen, por exemplo, retoma a questão da dívida enquanto regime disciplinar imposto com a finalidade de uma macro reestruturação do papel dos governos tornando-os obedientes às organizações internacionais, neste caso, o FMI, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). A socióloga esboça como as dinâmicas do endividamento e o conjunto de elementos internos da dívida constituíram o atual cenário, marcado principalmente pela desestabilização dos governos do Sul global e da destinação de recursos internos para o pagamento da dívida externa em detrimento da destinação para a área da saúde, educação e infraestrutura. Ademais, a autora pontua que longe de promover o crescimento econômico ou garantir Estados democráticos, estas organizações produziram o aumento maciço de endividamento aos credores estrangeiros⁸. Esse endividamento, por sua vez, relaciona-se diretamente com o processo da destruição gradual que as economias tradicionais em territórios rurais sofreram e que, por conseguinte, foi elementar *para algumas das novas necessidades do capitalismo avançado, em especial de terra para agricultura em grande escala e acesso à água, metais e minerais* (SASSEN, 2016, p.109).

Federici (2019) também retoma as políticas das instituições internacionais para ressaltar as implicações da reestruturação da economia mundial, principalmente, sobre as

⁸ Sassen retoma dois dados importantes. O primeiro é em relação a porcentagem atribuída aos países pobres sob suas receitas de exportação ao pagamento dos serviços das dívidas, que variam de 20% a 25% imposto pelo FMI nas décadas de 1980 e 1990. Já o segundo remete ao aumento dessa dívida após as privatizações e políticas de fronteiras abertas em meados de 1990, que só nos países pobres do Sul global aumentaram de US\$ 507 bilhões em 1980 para US\$ 1,4 trilhões no de 1992. (SASSEN, 2016, p.110-111)

condições materiais das mulheres e do papel da globalização na feminização da pobreza criando uma nova ordem colonial⁹. Segundo a historiadora, a globalização da economia tem como um dos seus objetivos entregar ao capital corporativo o controle completo sobre o trabalho e os recursos naturais, além de também ser responsável pela crise na reprodução social no Sul global manifestada através de uma nova divisão internacional do trabalho (NDIT). A pesquisadora relaciona a NDIT à formação de zonas de livre-comércio (ZLC) que por sua vez são áreas isentas de regulamentação trabalhistas e que submetem mulheres empregadas nesses territórios a formas dissimuladas de escravidão. A autora descreve a situação criada pelo Banco Mundial e pelo FMI em grande parte da África, Ásia e América Latina como um estado de pobreza jamais visto no período pós-colonial¹⁰. Situa, assim, enquanto núcleo dos “programas de ajuste estrutural” e da agenda neoliberal, os cortes massivos do gasto público em serviços essenciais, as desvalorizações cambiais, o congelamento de salários, as expropriações de terras e o estado de guerra permanente (FEDERICI, 2019, p.147).

Outro ponto de análise semelhante entre Federici (2019) e Sassen (2016) é o fato de que a guerra está na agenda global¹¹. Segundo a historiadora, esse fato decorre da nova fase de expansão do capitalismo requerer *a destruição de qualquer atividade econômica não subordinada à lógica da acumulação capitalista, e esse é necessariamente um processo violento* (FEDERICI, 2019, p.163)¹². A desconexão aparente entre globalização e guerra ocorre devido à roupagem que a globalização vem se utilizando enquanto programa econômico, entretanto sem nunca ter deixado de ser continuidade do projeto imperialista do século XIX (neocolonialismo). A autora também afirma que a situação na África é elementar para compreender a relação entre a política econômica do ajuste estrutural e a produção e manutenção de um estado

⁹ O termo feminização da pobreza passou a ser utilizado a partir do final da década de 70 e foi mencionado pela primeira vez por Diane Pearce. Desde então vem sendo utilizado para expressar os marcadores de gênero tanto em relação a parcela significativa de mulheres que são provedoras financeiras, denominadas “chefes de família” como também para evidenciar as condições precárias das mulheres no circuito de produção capitalista.

¹⁰ Em um dos capítulos seguintes Federici afirma que: “O Banco Mundial fez da destruição da agricultura de subsistência e da promoção da mercantilização da terra as peças centrais de seus onipresentes programas de ajuste estrutural” (FEDERICI, 2019, p.289)

¹¹ Federici (2019) entende a guerra contemporânea enquanto “Quarta Guerra Mundial” a partir da leitura do Subcomandante Galeano e do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), que para além da guerra por territórios, é definida como a guerra contra a população pobre global.

¹² Federici (2019) pontua que a nova fase de expansão do capitalismo tem como característica o desaparecimento das mediações interclasses e o aniquilamento de qualquer programa de subsistência por Estados socialistas, pós coloniais e keynesianos durante meados do século XX, através de processos violentos.

permanente de guerra, introduzida pelo Banco Mundial e pelo FMI na década de 80. Isso por que os ajustes estruturais produzem condições para o estado de guerra, que por sua vez, completa o trabalho dos ajustes na medida em que tornam os países empobrecidos cada vez mais dependentes do capitalismo internacional gerido principalmente pelos Estados Unidos e pela União Europeia. A autora também elenca como armas visíveis, *os programas de ajuste estrutural, a liberalização do comércio, as privatizações e os direitos de propriedade intelectual* e acrescenta que:

Todas essas políticas são responsáveis pela imensa transferência de riqueza das “colônias” para as metrópoles, sem requerer conquistas territoriais, funcionando apenas por meios pacíficos (FEDERICI, 2019, p. 163)

A guerra na contemporaneidade desta forma deixa de ser apenas uma consequência do capitalismo vigente e passa a ser um meio de produção¹³. Em sua intersecção com a globalização, Federici destaca dois aspectos: o primeiro é o fato de que a guerra expulsa as pessoas da terra de origem; já o segundo é o de que a guerra neocolonialista reivindica o uso da terra para expansão capitalista através de monoculturas para exportação.

Em relação ao novo formato de guerra, a teórica feminista destaca a ajuda alimentar como uma de suas formas dissimuladas que passa a ser *um componente essencial da máquina de guerra neocolonialista contemporânea e da economia de guerra gerada por ela* (FEDERICI, 2019 p.172). Ademais acrescenta que a ajuda alimentar protagonizada principalmente pela ONU, Estados Unidos e diversas Organizações Não Governamentais (ONGs), contribui de maneira direta no deslocamento de comunidades rurais e no prejuízo da agricultura local devido ao colapso dos preços dos alimentos e posteriormente à dependência de sua importação. Sendo assim, essas intervenções representariam o novo rosto do colonialismo:

Esse é um colonialismo que visa a controlar políticas e recursos, em vez de ganhar posses territoriais. Em termos políticos, trata-se de um colonialismo “filantrópico”, “humanitário”, “descomprometido”, que visa à “governança” mais que o governo. (FEDERICI, 2019, p.179)

Referente à globalização, a autora destaca o efeito catastrófico especialmente em relação às mulheres, já que para seu triunfo é preciso ataques sistemáticos às condições

¹³ Atualmente um dos efeitos mais expressivos das guerras em curso são os deslocamentos forçados. Segundo dados da Agência da ONU para refugiados (ACNUR) a estimativa de refugiados e outras pessoas deslocadas por conflitos armados corresponde a mais de 1% da humanidade, ou seja, cerca de 82,4 milhões de pessoas contabilizadas pela Agência até o final de 2020. Este e outros dados podem ser consultados no relatório anual da ACNUR “Tendências Globais”. Disponível em: <https://www.unhcr.org/60b638e37/unhcr-global-trends-2020> . Acesso em: 24 out. 2021

materiais da reprodução social e aos trabalhadores, que nos países empobrecidos são, sobretudo, mulheres. A globalização, segundo Federici, é a guerra contra as mulheres mais aguda no “Terceiro Mundo”, mas com alcance também em países capitalistas “avançados”. Ainda segundo a autora, um dos motivos se dá pelo fato de serem elas as principais apoiadoras da não mercantilização dos recursos naturais e da agricultura de subsistência, ficando assim no caminho dos projetos da economia global. Por conseguinte, sendo a destruição desse modelo de agricultura um dos objetivos da guerra contemporânea, são as mulheres também seu alvo principal¹⁴.

Segundo a autora, apesar do constante massacre, as mulheres constituem a maior parte de trabalhadores agrícolas do planeta, além disso, são as mulheres que vêm construindo uma articulação de lutas e levantes no âmbito internacional. Federici também lembra que a luta pela terra, antes considerada uma questão do Sul global, tomou proporções maiores depois do levante zapatista em 1994¹⁵. A terra não só é o meio material para o trabalho de subsistência, mas também é responsável por garantir a “segurança alimentar” da população mundial. Nesse sentido, Federici destaca que o poder de agricultura de subsistência dessas mulheres não só pode ser visto como forma de sobrevivência de comunidades em países colonizados, mas também pode ser percebido como contribuinte da luta anticolonial. Parafraseando a autora:

As mulheres têm sido o principal escudo do proletariado mundial contra a fome provocada pelo regime neoliberal do Banco Mundial. Elas foram as principais oponentes da exigência neoliberal de que os “preços do mercado” devem determinar quem vive e quem morre, e são as que forneceram um modelo prático para a reprodução da vida em um caminho não comercial (FEDERICI, 2019, p.290)

Outra pesquisadora que recentemente ressaltou o protagonismo das mulheres no Sul global é a socióloga argentina Maristela Svampa (2019) que exemplifica os feminismos populares que tiveram crescimento exponencial nas últimas décadas, principalmente aqueles compostos por indígenas, camponesas, negras, periféricas, lésbicas e trans, destacando que através da solidariedade e da autogestão coletiva esses

¹⁴ Federici (2019) também cita outros fenômenos da globalização que têm consequências destrutivas para as mulheres e a reprodução, como por exemplo, a contaminação ambiental, a privatização da água e o desmatamento.

¹⁵ O Levante Zapatista também conhecido como a Revolta de Chiapas foi protagonizada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional composto, sobretudo por pessoas indígenas, camponesas e pobres do México que reivindicavam justiça social e a distribuição de terras. Atualmente, apesar de terem conquistado um território autônomo e autogestionado, os zapatistas não deixaram de sofrer ataques e perseguições tanto do Estado como também dos grandes latifundiários. Produções e registros do EZLN podem ser acompanhados pelo site: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/>. Acesso em: 24 out. 2021

grupos tem recriado modos de viver contra- hegemônicos. Segundo a autora, o termo “feminismos populares”, além de valorizar a “experiência coletiva e comunitária”, emerge como forma de condensar diferentes perspectivas a partir da ideia comum de questionamento em relação à visão individualista e moderno-ocidental.

A autora caracteriza algumas formas dessa manifestação e a atuação das mulheres. Os feminismos comunitários, por exemplo, pontuam “outras formas de modernidade, diferentes da ocidental dominante, vinculando a descolonização à despatriarcalização” (SVAMPA, 2019, p.91), dentre eles estão as que relacionam o patriarcado à história colonial e outras que destacam sua “refuncionalização” ou o seu “tronco colonial”. Outras formas, como o ecofeminismo que vincula questões de gênero a ecologia, também têm se expandido. Nas palavras da autora, “o ecofeminismo retoma o diagnóstico da crise ecológica como uma crise de caráter antropológico, produto da dupla dominação do humano no plano das relações interpessoais, assim como no campo da relação do humano com o natural” (SVAMPA, 2019, p.94). Entre as diferentes vertentes, a socióloga cita o “ecofeminismo da sobrevivência”, que expressa a experiência de mulheres em defesas de temáticas como saúde, subsistência e território, e “o ecofeminismo construtivista que se concebe como uma construção histórico-social ligada à divisão sexual do trabalho” (Idem).

Embora esses feminismos da América Latina na contemporaneidade apresentem concepções e construções diversificadas, todos eles são responsáveis pela concretização de novas formas de vida e por vitórias expressivas na luta contra o capitalismo contemporâneo. Como exemplo, a autora cita dois acontecimentos: o primeiro na Argentina protagonizado pela Assembleia de Chiletto e Famatina, composta por donas de casa, professoras e comerciantes, que expulsaram quatro empresas mineradoras de 2009 a 2015; e o segundo no Chile, com as Mulheres de Áreas de Sacrificio em Resistência de Quintero- Puncuncaví, que vêm resistindo à violência ambiental e fortalecendo a política feminista. A autora defende que esses exemplos de protagonismo do feminismo nas lutas ecoterritoriais não são isolados, mas recorrente em todos os países da América Latina.

Cláudia Korol (2016), ativista argentina pelos direitos das mulheres, retoma um ponto fundamental tanto para entender os conflitos socioambientais quanto para compreender por que cada vez mais mulheres têm se tornado protagonistas das lutas

pela terra. A autora caracteriza o acesso à terra e o direito a sua posse como um dos problemas mais graves que mulheres em diversas partes do mundo enfrentam. Além do que, o problema se configura enquanto base de outras problemáticas “invisíveis” para a sociedade acentuadas pelos fundamentos materiais e culturais do sistema patriarcal, capitalista e colonial de dominação¹⁶. Segundo dados apresentados em seu trabalho, mais de um quarto da população mundial é composta por mulheres camponesas, entretanto somente 2% são proprietárias e somente 1% consegue crédito financeiro para a agricultura¹⁷. Essas mulheres chegam a trabalhar em média 12 horas por dia e, além de produzirem alimentos, são responsáveis por todos os outros cuidados relacionados à tarefa doméstica, cuidado de crianças e de outros dependentes.

Outro ponto que a autora destaca é o fato que, diante do complexo de exigências que o agronegócio tem imposto para o cultivo, somado as dificuldades do acesso e a educação, muitas latino-americanas são forçadas a migrarem para as cidades trabalhando em serviços precarizados, muitas vezes como empregadas domésticas, mas também sendo vítimas de redes de prostituição e tráfico. Dito de outra forma, seja no campo ou nas cidades, as mulheres da América Latina e dos demais países do Sul global carregam diariamente o peso da herança colonialista que vem promovendo saques e destruição de territórios e corpos no processo de ampliação da acumulação capitalista¹⁸.

Embora haja persistência sistêmica da colonialidade e de todas suas violências e violações, o fato é que os povos originários e marginalizados também têm estado obstinados na construção de formas de lutas contra hegemônicas. Uma destas manifestações é o crescente protagonismo de mulheres nas lutas eco-territoriais. O setor de gênero do MST, por exemplo, tem se destacado pelas campanhas contínuas e ações diretas em todo território nacional.

¹⁶ Ao longo do texto, a autora retoma diferentes problemáticas “invisíveis” para a sociedade, como por exemplo a exploração sexual das mulheres no período da escravização, o trabalho doméstico que não é remunerado e as desigualdades salariais entre homens e mulheres.

¹⁷ A autora extrai dados do *Rural Women's Day, Facts on rural women*, publicado em 2010 entretanto na data de consulta o link disponibilizado pela autora é direcionado à uma página da ONU. Esses mesmos dados podem ser consultados em: <https://www.un.org/en/observances/rural-women-day> . Acesso em: 23 out. 2021

¹⁸ A herança colonial presente na América do Sul, mas não exclusivamente, a qual Korol (2016) destaca está relacionada à manutenção do poder hierárquico, ao racismo com as populações que foram escravizadas e a manutenção do patriarcado por vias violentas.

Um olhar para dentro das fronteiras: a luta das mulheres do MST e o contexto pandêmico

Nessa segunda parte, busca-se contextualizar os elementos sociopolíticos e ambientais vigentes em âmbito nacional e a atuação das mulheres do MST diante da pandemia da COVID-19. Como ferramenta metodológica, buscou-se além de uma revisão bibliográfica, consultar arquivos digitais de matérias jornalísticas e áudio visual do próprio movimento e produções do Setor de Gênero do MST.

Antes de abarcar os elementos sociopolíticos e ambientais vigentes em âmbito nacional é necessário contextualizar algumas características específicas dos conflitos por terras. Simone Barbanti (2006) relembra que o latifúndio no Brasil nasce sob a violência e escravização dos povos originários e africanos e que até hoje se caracteriza por conflitos agrários e pelos assassinatos de trabalhadores rurais. Conflitos que, somados às desigualdades socioeconômicas, exclusão e exploração dos trabalhadores rurais, tornam-se fatores elementares na formação dos assentamentos rurais e dos movimentos de luta pela terra. O MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) é um dos maiores movimentos de luta pela terra em âmbito global, suas reivindicações perpassam a questão agrária, pois pleiteiam também saúde, educação, moradia e outros direitos humanos, a antropóloga lembra que o MST é antes de tudo um movimento popular, sindical e de massas¹⁹.

Tratando-se em específico das relações de gênero no interior das produções subjetivas nos assentamentos e acampamentos do MST, Cristiani Baretta (2004) afirma que as relações são significadas a partir do conjunto de discursos e práticas que as constituem. A autora data a década de 80 como marco da incorporação das pautas relacionadas às questões das mulheres, no qual também houve um investimento do movimento nas mulheres enquanto sujeitos militantes; abarcando debates sobre seus direitos, mas, principalmente, sobre os deveres dentro da organização. Para a pesquisadora, a desigualdade da participação política em relação ao gênero está atrelada às responsabilidades “domésticas”, entendidas como prioritárias. Tanto as mulheres quanto os homens, do assentamento em questão, ao serem indagados pela pesquisadora

¹⁹ O MST foi fundado oficialmente em 1984 no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. O movimento tinha como proposta lutar pela terra, pela reforma agrária e também por mudanças sociais no país. Vale lembrar que a Ditadura Militar ainda estava em voga no Brasil e que nesse período houve o aumento das desigualdades socioeconômicas e também da perseguição política de organizações e pessoas que se opunham ao regime.

relacionaram o “apego das mulheres às suas casas” à pouca participação nas atividades políticas. A autora afirma que a “casa” se constitui enquanto fronteira de gênero dado que a sobreposição das responsabilidades em torno do cuidado do núcleo familiar é direcionada apenas às mulheres.

Apesar das “geopolíticas da destruição” e da herança patriarcal sob as mulheres no interior do movimento, Kelli Mafort (2019), da coordenação nacional do MST, observa que, através da organização coletiva, as trabalhadoras rurais construíram uma “trajetória na qual os elementos - mulher, terra e luta se misturam e se constituem como sinônimos de uma radicalidade que educa” (MAFORT, 2019, p.10). A coordenadora e cientista social relembra que são as mulheres do campo as mais precarizadas e invisibilizadas a partir da divisão sexual do trabalho. Além de serem a base do trabalho reprodutivo e responsáveis pelo núcleo familiar, as mulheres produzem alimentos, organizam feiras, produzem artesanatos, comercializam cestas, vendem pela internet entre outras atividades.

No MST, as mulheres estão cada vez mais organizadas em torno de pautas que as afetam diretamente, um exemplo disso foi a criação do setor de gênero no ano 2000, com o objetivo de ampliar o debate de gênero nas instâncias internas do movimento, criar atividades sobre condições igualitárias entre homens e mulheres, produzir materiais e reivindicar a implementação de políticas voltadas às mulheres. Ademais, o setor tem como finalidade questionar práticas e comportamentos considerados “naturais” ou “culturais” no MST e na sociedade em geral. Vale pontuar que um dos instrumentos mais importantes da conquista do setor foi a aprovação das linhas políticas de gênero pela coordenação nacional do movimento. De acordo com o Setor de Gênero do MST a partir da publicação “Construindo novas relações de gênero: desafiando relações de poder” de 2003, o movimento tem como objetivo:

1.Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra sejam em nome do homem e da mulher (...) 4.Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres (...) 8.Garantir a participação das mulheres na Frente de Massa e Setor de Produção e Cooperação e Meio Ambiente para incentivar as mulheres a ir para o acampamento, participar das atividades no processo de luta, e ser ativa nos assentamentos (...) 10.Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, planejamento e na discussão política e econômica. (MST, 2003, p.25).

Duas décadas após a criação do setor de gênero do MST e das inúmeras formas de atuação que as mulheres vêm protagonizando, o Brasil vivencia um dos momentos mais críticos da própria história, em resumo, atribuída pela soma entre pandemia da COVID-19 e pela gestão da extrema direita no executivo e legislativo. Os setores mais atingidos pelas políticas vigentes desde a posse do presidente Jair Bolsonaro (PL) têm sido, sobretudo, os mais vulneráveis: populações indígenas, camponesas e periféricas. Soma-se ainda, os desmontes nas políticas públicas e as privatizações de terras e de recursos naturais por corporações estrangeiras²⁰.

Neste contexto de pandemia e de aumento dos conflitos violentos por terra, milhares de mulheres são afetadas no meio rural, nos quilombos e nas florestas. Apesar da pandemia, o desmatamento, o garimpo ilegal em terras indígenas, o esquema de grilagem e o despejo de centenas de famílias rurais e quilombolas de seus territórios não tiveram interrupção. Ao contrário, houve um aumento das ameaças, das agressões e dos assassinatos dessa parcela da população brasileira. Segundo dados do relatório *defending tomorrow* da ONG *Global Witness*, o Brasil ocupou, em 2020, o terceiro lugar na lista de países que mais executam ambientalistas e defensores da reforma agrária popular e das florestas²¹. Os assassinatos indiretos também ampliaram com a liberação de centenas de agrotóxicos, transgenia, monopólio de sementes por transnacionais e com o processo de estrangeirização da terra. Um dossiê elaborado pelo Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2019) relembra que as execuções nos conflitos pela terra se caracterizam por uma constante permanente:

Uma série de execuções e chacinas aconteceram e continuam a acontecer. Em 1996, o MST foi alvo de um massacre em Eldorado dos Carajás; a missionária Dorothy Stang, que organiza os trabalhadores que resistiam a entrada das madeireiras em seus territórios, foi executada em 2005; os extrativistas e ambientalistas José Cláudio Silva e Maria do Espírito Santo da Silva foram mortos por denunciar o desmatamento e grilagem de terra (INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, 2019, p.32)

²⁰ A Associação Nacional dos Servidores Ambientais (ASCEMA) publicou um relatório intitulado “Cronologia de um desastre anunciado: Ações do Governo Bolsonaro para desmontar políticas de meio ambiente no Brasil”, que reúne de março de 2018 à agosto de 2020 uma série de medidas que vão desde o favorecimento para o setor do agronegócio nacional e estrangeiro à perseguição política e jurídica de ONG’s de defesa das florestas, dos povos originários e servidores de órgãos ambientais. Disponível em: https://static.poder360.com.br/2020/09/Dossie_Meio-Ambiente_Governo-Bolsonaro_revisado_02-set-2020-1.pdf. Acesso em 23 out. 2021

²¹ GLOBAL WITNESS. **Defending tomorrow: The climate crisis and threats Against land and environmental defenders,** 2020. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/campaigns/environmental-activists/defending-tomorrow/>. Acesso em: 26 out. 2021

Em 2019, a primeira ocupação de terra feita pelo MST, na gestão do governo de Bolsonaro, aconteceu na madrugada do dia 13 de março. A ocupação fez parte do cronograma de ações da jornada de lutas do movimento e contou com o protagonismo de 800 mulheres²². A ocupação pautada pela luta das mulheres ocorreu em uma das fazendas do médium João Teixeira Farias, internacionalmente conhecido como João de Deus, que em 2018 tornou-se réu pela denúncia de abuso sexual de mais de 500 mulheres²³. Segundo a dirigente do movimento Marina dos Santos, a área ocupada dialoga diretamente com a escalada da violência contra as mulheres que o Brasil vivencia; outro elemento é que a ocupação ocorreu um dia antes de completar um ano do assassinato de Marielle Franco (PSOL-RJ).²⁴

No ano seguinte, em 2020, o I Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra reuniu cerca de 3.500 trabalhadoras de 24 estados e outras 30 mulheres de outros 14 países. O encontro fez parte da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres. Entre as diversas ações realizadas, pode-se destacar a ocupação, no dia 9 de março, do ministério da Agricultura com finalidade de denunciar a aliança entre o governo de Bolsonaro e o capital internacional, que, segundo a matéria publicada no movimento no *site* do MST, são os principais responsáveis pelo envenenamento dos alimentos, dos recursos naturais e da população brasileira.

Outra ação que marcou o encontro foi o plantio de árvores realizado por 300 mulheres na Universidade de Brasília (UnB) com finalidade de denunciar os ataques à educação pública e a extinção do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea). As trabalhadoras rurais também denunciaram a titulação de terras, programa criado pelo governo federal, o “Titula Brasil”, com finalidade de distribuir titulações individuais de lotes de terra para os assentados de reforma agrária, que em tese seria uma forma de desarticular a luta dos movimentos pela terra, além de facilitar a

²² A jornada de lutas é um evento nacional e anual composta por diversas atividades que contemplam encontros políticos, místicas, festividades e ações que dão visibilidade para as pautas do MST.

²³ Brasil de Fato. **Pela vida das mulheres:** entenda por que 800 camponesas ocupam fazenda de João de Deus. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/13/pela-vida-das-mulheres-entenda-porque-650-militantes-ocupam-fazenda-de-joao-de-deus> . Acesso em 10 out. 2021

²⁴ No dia 14 de março de 2018 após participar de um evento na Casa das Pretas, no Rio de Janeiro, com jovens negras, Marielle, e seu motorista foram executados dentro do carro. Após três anos, ainda se desconhece os mandantes do ataque, porém há indícios que seu assassinato tenha relação com sua atuação política divergente de parlamentares ligados à milicianos. Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/08/mil-dias-sem-marielle-um-grito-por-justica-que-nao-se-cala> . Acesso em: 26 out. 2021

privatização e a grilagem de terras²⁵. Por fim, o Encontro produziu um documento intitulado Manifesto das Mulheres Sem Terra, que, em resumo, retoma a luta de massas, a resistência ativa e a construção da Reforma Agrária Popular.²⁶

Poucos dias após o Encontro Nacional de Mulheres, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a disseminação em nível global do vírus Covid-19, no Brasil os Estados começaram a decretar políticas de isolamento social, acentuando assim outro problema grave: a fome. Em 2020, com o fechamento de escolas, milhares de pessoas, na sua grande maioria mulheres, tiveram que deixar seus trabalhos para cuidarem de seus filhos; comércios também reduziram suas jornadas ou faliram aumentando assim o índice de desemprego. O fruto dessa combinação, entre outros fatores relacionado às medidas governamentais²⁷, contribuíram diretamente para o aumento da miséria, o Programa Alimentar Mundial (PAM) da Organização das Nações Unidas (ONU) afirmou que o cenário pós-pandemia será marcado pela ampliação do nível da insegurança alimentar²⁸, no caso do Brasil dados recentes divulgado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a Rede PENSSAN, mostram que mais da metade das famílias já vivenciam algum tipo de insegurança alimentar.²⁹

Apesar do cenário de calamidade, muitas práticas de resistência e solidariedade têm se consolidado em todo o mundo. No Brasil, um dos movimentos mais expressivos tem sido o próprio MST. Até início de 2022 o movimento havia doado mais de 6 mil

²⁵ Para saber mais sobre o programa ao qual o MST se opõe, consultar: Governo Federal. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/titulabrasil> . Acesso em: 26 out. 2021

²⁶MST. **Mulheres Sem Terra**: um mar de bandeiras enfurecidas contra o capital. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/09/mulheres-sem-terra-um-mar-de-bandeiras-enfurecidas-contra-o-capital/>. Acesso em 10 out. 2021

²⁷Desde o começo da pandemia Bolsonaro trocou quatro vezes os ministros da saúde, incentivou o uso de medicamentos sem eficácia contra o coronavírus e se pôs contra medidas de isolamento e fechamento de estabelecimentos não essenciais. O mesmo presidente chegou a ordenar alteração na bula do medicamento (Cloroquina) em que deveria constar sua capacidade de evitar os efeitos do vírus. Em junho de 2020, o governo chegou a anunciar uma recontagem dos mortos e tirou o site do ministério da saúde do ar. Ver estes e outros dados em: BRENDA, T (org). **Bolsonaro Genocida**. São Paulo: Elefante, 2021.

²⁸ WFP. **Covid 19 will double number people facing food crises unless swift action taken**. Disponível em: <https://www.wfp.org/news/covid-19-will-double-number-people-facing-food-crises-unless-swift-action-taken>. Acesso em: 10 out. 2021

²⁹REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/> . Acesso em: 26 out. 2021

toneladas de alimentos nas campanhas de combate à fome.³⁰ Outra ação que teve início por conta da pandemia foi a formação dos agentes populares de saúde com o lema “o povo cuidando do povo”. A ideia surgiu no Armazém do Campo, em Recife (PE), ao constatar-se a deficiência de informação, principalmente nas periferias, sobre prevenção e tratamento em relação ao COVID-19.³¹

Ainda em 2020, o mês de abril foi marcado pela campanha “Mulheres Sem Terra: Contra os vírus e as violências”. De acordo com Atiliana Brunetto e Sandra Catanhede, da direção nacional do movimento, os territórios do MST não podem ter violências contra as mulheres, embora um dos desafios seja romper com o patriarcado e os próprios homens que participam desse processo de desconstrução. Segundo Brunetto, a violência contra as mulheres é global dado que o patriarcado é um dos alicerces do capitalismo, ademais, a atual crise estrutural do capital amplia o acirramento da violência nas esferas sociais, ambientais e econômicas, sendo mulheres as mais prejudicadas. Já a militante Atiliana sublinha que a campanha foi desenvolvida a partir de três eixos: 1. Violências contra os sujeitos vulneráveis; 2. Autocuidado, trabalho e saúde, pensando corpo mente e relações; 3. O que é resistência ativa neste momento de pandemia. Catanhede pontua também que essa é uma campanha permanente pensada em ações de curto, médio e longo prazo.³²

Em março de 2021, sob o lema “Mulheres pela vida semeando resistência contra a fome e a violência”, a jornada ocorreu de forma articulada em 24 estados brasileiros, porém com algumas atividades de forma remota (vídeos, *lives* e ações de propaganda e agitação) para evitar a proliferação do coronavírus. A jornada teve como pautas a necessidade de luta permanente pela vacinação, a manutenção do auxílio emergencial no valor de 600 reais e o Fora Bolsonaro. Entre as ações presenciais, pode-se destacar o plantio de mais de 10 mil mudas de árvores, a distribuição de 4 mil marmitas, 52 toneladas de alimentos da reforma agrária e também a doação de sangue. De acordo

³⁰ MST. **MST ultrapassa 6 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia**. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/> . Acesso em: 17 ago. 2021

³¹ MST. **Agentes populares de saúde: prevenção da covid-19 e cuidados com a população**. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/27/agentes-populares-de-saude-prevencao-da-covid-19-e-cuidados-com-a-populacao/>. Acesso em: 10 out. 2021

³² MST. **“Em território Sem Terra não pode ter violência contra mulheres”**, afirmam dirigentes do MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/04/23/em-territorio-sem-terra-nao-pode-ter-violencia-contra-mulheres-afirmam-dirigentes-do-mst-em-entrevista/>. Acesso em: 13 out. 2021

com o vídeo divulgado pela página do MST, apesar de a pandemia não ter possibilitado a marcha e o encontro nacional de forma presencial, as mulheres do movimento, “através da pedagogia do cuidado e do exemplo”, reafirmaram a exigência de territórios livres de violência em luta feminista pela emancipação da classe trabalhadora.³³

Em 2022, a jornada das mulheres teve como lema “Terra, Trabalho, Direito de Existir: Mulheres em luta não vão sucumbir!”. A jornada que ocorreu entre os dias 7 e 14 de março, mobilizou aproximadamente 30 mil mulheres Sem Terra em diversas ações: Atos, ocupação, doação de alimentos, marmitas, plantio de árvores, doação de sangue e confecções de cartas ao STF (Supremo Tribunal Federal).

Foram alvos de denúncia, as violências propagadas pelo capitalismo, pelo agronegócio como, por exemplo, o “pacotão do veneno” (PL 6.229/2002) e a fome, além dos despejos que colocam em insegurança a vida de mais de 132 mil famílias. Como alternativa, as militantes ecoaram a importância do projeto de Reforma Agrária Popular. De acordo com a coordenadora do Setor de Gênero Lucineia Freitas o engajamento na luta contra os despejos cria um contínuo de luta entre a jornada e o enfrentamento a essa violência, ademais, o despejo nega o direito à terra comprometendo o direito de existir. Pautas como a luta contra o racismo, machismo, LGBTIQA+fobia e contra a fome também perpassaram a jornada, inclusive na articulação com mulheres de movimentos urbanos. Pelo quarto ano consecutivo, a Jornada homenageou a vereadora Marielle Franco, em memória ao seu assassinado ainda impune, realizando o plantio de árvores em diversos estados³⁴.

Mesmo sob o cenário de calamidade pública, da criminalização do movimento por parte do governo e da grande mídia, além do aumento das demandas de cuidado e manutenção em meio a pandemia da Covid-19, as mulheres não só têm ampliado suas vozes dentro e fora do movimento como também têm cada vez mais conquistado posições na direção e coordenação, tais fatos evidenciam que embora forças contrárias ao protagonismo feminino sejam permanentes, as lutas e conquistas também são, como dizem as próprias mulheres do MST: “Somos feitas de pedras e sonhos. Somos

³³ MST. **Balanco da jornada de lutas das mulheres Sem Terra em 2021**. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/03/26/balanco-da-jornada-de-lutas-das-mulheres-sem-terra-em-2021/>. Acesso em 13 out. 2021

³⁴ MST. **Jornada das Mulheres Sem Terra denuncia violências e reafirma luta contra os despejos**. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/03/17/jornada-das-mulheres-sem-terra-denuncia-violencias-e-reafirma-luta-contr-os-despejos/>. Acesso em: 13 mai. 22

pequenas gotas que juntas, formam uma grande correnteza de lutas e também de conquistas, que arrancaremos na marra, como direito legítimo dos povos em movimento”³⁵

Considerações Finais

Ao descrever os elementos e processos que caracterizam a economia global capitalista é importante pontuar que a proposta não teve como finalidade reduzir a complexidade dessa economia à fatos e períodos, mas sim sinalizar os *modelos de distribuição de poder entre diversos atores sociais* (OLIVEIRA, 2012, p.18). Desta forma ao pontuar as instituições internacionais como o Banco Mundial, o FMI, a OMC e a ONU e as suas políticas econômicas pautadas na agenda neoliberal, o presente artigo procurou destacar elementos que possam auxiliar na compreensão do aumento das desigualdades socioeconômicas e dos conflitos armados nos países do Sul global. Tanto Sassen (2016) quanto Federici (2019) são precisas quando demonstram a relação entre a política de Ajuste Estrutural, a ampliação do mercado de terras e as implicações socioambientais para comunidades tradicionais e povos originários. Ressalta-se desses processos de territorialização marcado pela violência, a situação e a atuação das mulheres em defesa de seus territórios (FEDERICI, 2019; SVAMPA, 2019; KOROL, 2016).

Por outro lado, buscou-se elencar alguns dados do MST e do Setor de Gênero que pudesse dar visibilidade à organização e atuação das mulheres do movimento de luta pela reforma agrária popular. A exposição deteve-se no recorte temporal que compreende a ascensão da extrema direita no poder com o início do mandato de Jair Bolsonaro (2018-2022) em conjunto com a pandemia da COVID-19. Desta forma, parte-se do pressuposto que o artigo possa colaborar para a investigação e reflexão das transformações históricas.

Nesse sentido, pode-se pressupor que as políticas econômicas do capitalismo pós década de 80, ao criar um cenário de devastação e miséria às camadas empobrecidas, possibilita brechas e lócus de resistência e lutas contra hegemônicas. Por fim, vale registrar que a pandemia da COVID-19 e a agenda política neoliberal condicionou milhares de mulheres abaixo da linha da pobreza e confinou outras tantas com seus

³⁵ MST. **Mulheres Sem Terra:** um mar de bandeiras enfurecidas contra o capital. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/03/09/mulheres-sem-terra-um-mar-de-bandeiras-enfurecidas-contra-o-capital/>. Acesso em 27 out. 2021

algozes. Mas a pandemia também pode ser percebida como um acontecimento que possibilitou a criação de mecanismos de solidariedade, como as campanhas de arrecadação e distribuição de alimentos do MST, a percepção da urgência de organização, a promoção de debates e iniciativas de cuidado, como a formação popular em saúde e a criação de outros modos de vida e afetos em meio as devastações e violências. Esses acontecimentos se dão, como pontua Federici (2019), no ponto zero da revolução, no ato de criar a partir dos escombros de uma guerra permanente contra as mulheres.

Referências bibliográficas

BARBANTI, S. **Retorno à terra:** como elo afetivo e meio de sobrevivência nos assentamentos rurais. Musa Editora: FAPESP, 2006.

BARETA, C. **Relações de gênero e subjetividades no devir MST.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

FEDERICI, S. **O Ponto Zero da Revolução:** Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Amazônia Brasileira: A pobreza do Homem como resultado da Riqueza da Terra.** Dossiê nº14, março de 2019.

KOROL. Claudia. *Somos tierra, semilla, rebeldia: mujeres, tierra y territorio en América Latina.* 180p. – Grain, 2016.

MAFORT, K. C. de O. **Mulher, terra e luta – A mistura da radicalidade que educa.** Revista Trabalho Necessário, 17(33), 65-84; 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.17i33.p29367>

MORENO, C. **A Métrica do Carbono:** abstrações globais e epistemicídio ecológico. Camila Moreno, Daniel Speich, Lili Fuhr. 80 p. – Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Construindo novas relações de gênero:** desafiando relações de poder. As relações de gênero e o MST. In Campos, C. (Org.). Setor Nacional de gênero. MST. São Paulo, SP: ANCA, 2003.

OLIVEIRA, J. P. **Formas de dominação sobre o indígena na fronteira amazônica:** Alto Solimões, de 1650 a 1910. CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 17-31, Jan./Abr. 2012.

PEARCE, D. *The feminization of poverty: women, work and welfare. In: Urban and Social Change Review*, p. 28-36, 1978.

QUINTERO, P. **Colonialismo interno, Neocolonialismo, Colonialidade do Poder:** Contribuições, limites e problemas dos modelos teóricos sobre os povos indígenas e as situações coloniais na América Latina. 31ª RBA- Reunião Brasileira de Antropologia, 2018.

SANTOS, B. de S. *Towards a New Common Sense. Law, science and politics in the paradigmatic transition.* New York, London: Routledge, 1995.

SANTOS; GLASS (org.). **Atlas do agronegócio:** fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SASSEN, S. **Expulsões:** brutalidade e complexidade na economia global; tradução Angélica Freitas. 336p. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.

SVAMPA, M. **As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina:** conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências/ Maristela Svampa; tradução de Lígia Azevedo – São Paulo: Elefante, 2019.